

Revista de Literatura,  
História e Memória



Seção:

Pesquisa em Letras no contexto Latino-  
americano e Literatura, Ensino e Cultura

ISSN 1983-1498

v. 18 – n. 31 – 2022

UNIOESTE / CASCAVEL - p. 290-306

## ESCREVIVÊNCIA E BANZO: LEMES DOS NAVIOS DE NOSSA MEMÓRIA?

Writingvivência and banzo: rudders of the ships of our  
memory?

Marcelo de Jesus de Oliveira<sup>1</sup>  
Juliano Casimiro de Camargo Sampaio<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste artigo construiu-se uma revisão teórica e conceitual da expressão banzo que, desde a chegada dos cativos africanos em territórios brasileiros, a fim da exploração da mão de obra escravocrata, tem sido apresentada na literatura como um mau provocado pela memória viva e a ausência da África, diante da diáspora forçada. Posteriormente, estabeleceu-se diálogos entre as noções de banzo e escrevivência, esta última defendida como um espaço de memória e do fortalecimento do compromisso

antirracista que, por natureza, exige a reescrita da história dos povos negros por quem, de fato, vivenciou-a. Para tanto, utilizou-se de estudos que transitam entre a história e a literatura, mais precisamente as proposições teóricas de Conceição Evaristo (2010; 2016; 2017); Oliveira (2021); Oda (2008) Clóvis Moura (2004) Kananoja (2018); Cosme (1967), dentre outros. A partir disso, percebeu-se que há um diálogo intenso entre escrevivência e banzo, visto que ambos se dão no presente em relação ao passado; um intentando conectar-se com o passado perdido (banzo); o outro, construir futuros diversos do vivido atualmente (escrevivência).

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória; Escrevivência; Banzo; Diálogos possíveis.

**ABSTRACT:** In this article we built a theoretical and conceptual review of the expression banzo that, since the arrival of African captives in Brazilian territories, in order to exploit the slave labor, has been presented in literature as an evil caused by memory and longing for Africa, in the face of forced diaspora. Subsequently, a dialogue was established between the notions of banzo and writingvivation, the latter defended as a space for memory and for strengthening the antiracist commitment that, by nature, requires the rewriting of the history of black people by those who actually experienced it. To this end, we used studies that move between history and literature, more precisely the theoretical propositions of Conceição Evaristo (2010; 2016; 2017); Oliveira (2021); Oda (2008) Clóvis Moura (2004) Kananoja (2018); Cosme (1967), among others. From this, it was realized that there is an intense dialogue between writingvivation and banzo, since both take place in the present in relation to the past; one intending to connect with the lost past (banzo); the other, to build diverse futures of the currently lived (writingvivation).

**KEYWORDS:** Memory; Writingvivation; Banzo; Possible dialogues.

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Membro do Grupo de Pesquisa Literatura, História e Cultura: Encruzilhadas Epistemológicas (UESC). Bolsista FAPESB. E-mail: pfmcarlopt@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0015289152284540>.

<sup>2</sup> Professor da Licenciatura em Teatro e da Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Diretor de Teatro. Presidente da Federação de Arte/Educadores do Brasil. Doutor e Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Artes Cênicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Licenciado em Teatro (MOZARTEUM). Pós-Doutor em Psicologia (USP). Pós-Doutor em Educação (UNICAMP). Bolsista Produtividade em Pesquisa da FAPT. E-mail: [juliano.casimiro@uft.edu.br](mailto:juliano.casimiro@uft.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3311297887691146>.

## INTRODUÇÃO

Objetiva-se com este texto construir uma revisão teórico-conceitual da expressão *banzo* que, por sua vez, tem origem ainda com tráfico negreiro e, posteriormente, coloca-la em diálogo com a noção de *escrevivência* por meio de suas aproximações e dissidências, ambicionando situar a *escrevivência* de Conceição Evaristo como uma escrita que nasce rente à história e que impõe uma manutenção dela própria por via da memória e em reparação às acontecimentos do *banzo*, sinalizando a possibilidade de uma atividade cooperativa e de natureza decolonial entre ambas as noções.

Para tanto, opera-se o conceito de *escrevivência* de Conceição Evaristo como um espaço de memória e possibilidade de reconstrução de um passado negro-latino que fora apagado, anulado, não escrito em razão dos interesses dos colonialistas, quem financiaram um dos maiores crimes já praticados contra a humanidade — a escravidão dos povos negros (OLIVEIRA, 2021). Assim sendo, a noção de *escrevivência* assume uma natureza essencialmente decolonial, sobretudo considerando que a decolonialidade significa, para além de pensar em uma desconstrução da lógica hegemônica e epistêmica construída a partir dos pensamentos e linguagens ocidentais, “desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder” (MIGNOLO, 2008, p. 314).

No âmbito da *escrevivência* de Conceição Evaristo é perceptível um esforço visceral no que concerne expressar, por via da arte, as heranças de suas ancestralidades e os impactos causados pelas atividades coloniais aos povos pretos do país com objetivo de não mais deixar que este evento se repita. Com isso, a autora apropria-se da poesia e de uma escrita simbólica para contestar a história dita oficial e, conseqüentemente, “nos contar um pouco de si, de sua vivência, de suas lembranças, nos fala de suas estratégias de resistência diante de uma sociedade, que ainda valoriza o que é produzido pelo homem branco” (NASCIMENTO, 2018, p. 128); bem como nos convida, homens e mulheres negras, a exigirmos, por via de nossas memórias e dos apesares do *banzo*, reparações históricas, sociais, culturais e políticas aos danos causados aos nossos povos.

Nesse sentido, quando Evaristo (1995) afirma que sua *escrevivência* não pode ser lida como uma atividade recreativa para os da casa-grande — referindo-se, no atual momento, àqueles que mantêm as forças dominantes e que, portanto, condicionam a existência dos dominados em diversos os aspectos — mas sim para acordá-los de seu sono injusto, imbrica a matriz de sua produção na base da história que é imposta como oficial, mas, por outro lado, se mostra inacabada, manipulada e excludente. Assim, este conceito tem também como objetivo

principal dissecar o fio colonial que ainda reverbera em muitas práticas sociais, sobretudo no que se refere ao processo de escrita, publicação e veiculação de pessoas negras ou pertencentes a grupos sociais de caráter minoritário.

Compete-nos ainda adiantar que a noção de escrevivência tem sido amplamente difundida nos espaços científicos, o que pode ser comprovado com o alto número de publicações em que esta noção aparece como balizante das discussões empreendidas. Por isso, neste trabalho, a discussão em torno da expressão escrevivência será utilizada tão somente como instrumento para a efetivação da inter-relação com a definição de banzo, já que não pretendemos a mapeamento do conceito e, sim, o estabelecimento de diálogos entre ambos.

### **DO BANZO E DA ESCREVIVÊNCIA – TENSÕES DECOLONIAIS E O CONVITE À (RE)EXISTÊNCIA**

Como pontuado abreviadamente na apresentação deste artigo, neste texto trabalhar-se-á os sentidos da expressão banzo em interface com o conceito de escrevivência. Assim, cabe-nos salientar, como direcionamento de leitura, que aqui defenderemos a escrevivência de Conceição Evaristo como uma espécie de reconstrução da experiência humana em se tratando das condições as quais foram submersos os cativos trazidos da África para o Brasil. Ou, ainda, como confissões de autoconhecimento e reencontro consigo mesma (o) pós superação das mazelas sociais enfrentadas pela autora em seu passado em Minas Gerais (MG) — tal qual Maria-Nova deixa-nos perceber ao permitir o contato com seu ávido de narração: “Maria-Nova, um dia, não sabia como, ela haveria de contar tudo aquilo ali. *Contar as histórias dela e dos outros*. Por isso ela ouvia tudo atentamente. Não perdia nada” (EVARISTO, 2017, p. 31, grifo nosso).

Nesse processo, traçou-se uma revisão histórico-conceitual da noção de banzo, que fora sujeito a um longo “processo [...] de contaminação de sentido” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 18) para que, respeitando as diversas significações atribuídas ao termo registradas na historiografia nacional e internacional, elegêssemos àquela que melhor atende aos nossos interesses e necessidades de aproximação à noção de escrevivência. Acreditamos, portanto, concordando em partes com as acepções exploradas a seguir, que este refere-se a um estado de demasiada reflexão que nasce a partir das memórias da escravidão e que, apesar de ter tido, em momento delicado da história, implicações e graves consequências — como o suicídio —, hoje não pode ser compreendido como sentimento de todo o mal, se pensado que dessas reflexões podem surgir tomadas de decisões de alto impacto para a construção de um movimento negro

com mais autonomia e legitimidade.

Tencionamos esse diálogo especialmente pela necessidade da descentralização do poder discursivo, que é heterogêneo e branco, situação que Conceição Evaristo já desbravou ao pensar que “a literatura brasileira está nas mãos dos homens brancos” (EVARISTO, 2010). Nesse caminho, do mesmo modo em que há um controle do discurso sobre o que pode, por quem pode e o que deve ser falado na literatura, há também na política, sociologia e, principalmente, na instituição história, o que a faz, portanto, ser considerada um registro oficial — com todas as ressalvas possíveis — construído por falhas, posicionamentos acrílicos e apagamentos conscientes. A história da formação dos povos negros no Brasil, por exemplo, que muito fala sobre os 300 anos de escravidão neste país, bem como de uma abolição tardia e irresponsável, é registrada a partir de uma percepção eufemista e parcial, dando margem à uma instauração do que Adichie (2019) preconiza criticamente como “uma história única” que, a largas medidas, empurra-nos a um território de perigo.

Vários são os motivos que justificam a escrita falaciosa dessa história, mas, para permanecemos no âmbito do discurso, recorreremos ao que Foucault (1996) observa sobre a prevalência do domínio discursivo na luta política: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, *mas aquilo porque, pelo que se luta*” (FOUCAULT, 1996, p. 10, grifo nosso). O apagamento da reconstrução de nossas experiências enquanto pessoas pretas a partir do nosso próprio ponto de vista nos registros “oficiais” do país serve-nos como um indicador radical de nossa subalternidade, assim como evidencia que o discurso, para nós afrodescendentes [e outros grupos sociais das margens], ainda é aquilo pelo qual lutamos. Portanto, agarramo-nos firmemente nessa condição ao propormos o diálogo do banzo com a escrevivência — já que este oferece-nos com riqueza, sensibilidade e precisão o conteúdo da narração, e aquela, o espaço e a possibilidade do discurso —, em que por meio de uma atividade cooperativa entre ambos, invertamos a impressão de que a pretensa história oficial brasileira é uma observância descritiva [e redutiva] dos imperialistas sobre nós, afro-brasileiros.

Por outro lado, em ciência às variadas significações do conceito de *banzo* e de nossas responsabilidades éticas enquanto pesquisadores e/ou produtores de conhecimento, realizou-se, de modo preciso, uma revisão aos conceitos da expressão neste momento problematizada, já que “a definição de banzo mudou ao longo do tempo, e os dicionários modernos de português dão seu significado como ‘nostalgia ou melancolia’, fazendo a conexão com o tráfico de escravos” (KANANOJA, 2018, p. 3, grifo no original). Uma vez conhecidas as várias situações semânticas desse termo, optou-se por laborar sob aquele que o coloca como um estado de

reflexão profunda entre o presente e o passado a partir de experiências negras com as atrocidades coloniais, pois, coaduna diretamente com o objeto de estudo deste trabalho e nos parece convidativo ao diálogo em que pretendemos incitar.

De modo mais preciso, nesta pesquisa o conceito de banzo está sendo defendido tal qual apontado por Nei Lopes, em *Novo Dicionário Banto no Brasil* (2003), que tem sua origem em duas línguas de natureza africana, sendo elas: quicongo (*mbanzu*), que significa pensamento ou lembrança; e também quimbunda (*mbonzo*), significando saudade, paixão e/ou mágoa. Além disso, de igual maneira, filiamo-nos também à compreensão de Conceição Evaristo em relação a esse conceito, uma vez que, em sua poética-dor-saudade, a autora o interpreta como uma conexão viciosa-consciente entre o passado vivido em África e os ecos dessa prática que ainda reverberam no atual momento da contemporaneidade, como poder-se-á constatar a partir do excerto apresentado a seguir.

*Maria-Nova, talvez, tivesse o banzo no peito. Saudades de um tempo, de um lugar, de uma vida que nunca vivera. Entretanto o que doía mesmo em Maria-Nova era ver que tudo se repetia, um pouco diferente, mas, no fundo, a miséria era a mesma. O seu povo, os oprimidos, os miseráveis; em todas as histórias, quase nunca eram os vencedores, e sim, quase sempre, os vencidos. A ferida dos do lado de cá sempre ardia, doía e sangrava muito (EVARISTO, 2017, p. 37).*

Maria-Nova, narradora-personagem do primeiro romance de autoria de Conceição Evaristo — *Becos da Memória* (2017) —, é filha e neta de escravos, escapada do regime por via da “execução” da Lei do Ventre e que, mesmo que não tenha vivido de fato o cataclismo financiado pela escravidão no Brasil, a partir do ponto de vista da narradora, parece sentir o banzo golpeando-lhe o peito. O banzo para Maria-Nova surge como uma saudade de um lugar [a África] e de uma vida que não tivera [junto de seus ancestrais]; no entanto, vê-se que este sentimento para além de causar-lhe sensações de ausência, surge também como algo a despertar-lhe as percepções de futuro em relação ao passado que insiste em se personificar na artéria-preta de cada sujeito e/ou sujeita afro-brasileiros, movendo-nos em direção a uma tomada de ação política — como acontece com a mesma personagem em trechos posteriores da mesma narrativa: “*Maria-Nova sentia que era preciso modificar a vida, mas como? Saiu desesperadamente calma a andar pela favela*” (EVARISTO, 2017, p. 41).

Nessa mesma direção, pode-se observar a presença do banzo em outros textos da autora, como no poema *Todas as manhãs*, publicado como parte da obra *Poemas de recordação e outros movimentos* (2010), vejamos:

Todas as manhãs junto ao nascente dia  
ouço a minha voz-banzo,  
âncora dos navios de nossa memória.  
É acredito, acredito sim que os nossos sonhos protegidos  
pelos lençóis da noite  
ao se abrirem um a um  
no varal de um novo tempo  
escorrem as nossas lágrimas  
fertilizando toda a terra onde negras sementes resistem  
reamanhecendo esperanças em nós (p. 16, grifo nosso).

Nesse poema, ainda que o banzo esteja intimamente associado à imagem do navio negreiro, não há a elaboração de uma memória da dor e da redução da condição de pessoa-humana a que foram sujeitados os povos africanos quando chegados em terras brasileiras, mas, sim, de esperança em dias melhores. A noção de banzo presente no poema acima, de certo modo, difere-se daquela experimentada pela personagem Maria-Nova — em que não há, em primeira instância, a existência de um sujeito idealista — mas que não se contrapõe a ela e, inversamente, o complementa. Assim como em *Becos da Memória* (2017), no poema ora analisado observa-se a existência de um elo de interligação insistente entre os tempos passado e presente, que pode ser percebido, inclusive, pelos dois primeiros versos: “Todas as manhãs junto ao nascente dia ouço a minha voz-banzo”. Se apresenta um eu-poético que no tempo presente se aventura nas memórias do passado, caracterizadas pela “âncora dos navios de nossa memória”.

As lembranças da escravidão que despertam o que chamamos aqui de banzo são suscitadas no poema por intermédio da imagem do navio negreiro; no entanto, vê-se que o sujeito poético escapa da memória do trauma através de uma projeção esperançosa do amanhã, como pode-se conferir nas sentenças a seguir: “acredito sim que os nossos sonhos protegidos [...], no varal de um novo tempo [...], escorrem as nossas lágrimas fertilizando toda a terra onde negras sementes resistem, reamanhecendo esperanças em nós”. É exatamente nesses trechos que se manifesta a noção completa de banzo em Conceição Evaristo, pois, ao que parece, a autora o defende como uma memória profunda que desvela as mais angustiantes e dolorosas lembranças de um evento histórico de peso irreparável para o Brasil e a África, mas que, acima de tudo, a partir dela e por ela, alimenta-se um desejo arrebatador de resistir<sup>3</sup>.

A presença do sentimento de esperança expressado nos versos finais do poema reforça, ainda mais, a necessidade de assim defender o banzo, uma vez que, se interpretado desta

---

<sup>3</sup> A partir dessa perspectiva, vê-se que o banzo se organiza na relação passado-presente, assim como também se constituiu de uma projeção de futuridade positiva e, no mesmo sentido da escrevivência, de reescrita da história, não só pelo que já foi, mas, e acima de tudo, na direção do que ainda será.

maneira, reforça e valida “a autonomia dos afrodescendentes em oposição à submissão de seus antepassados, os escravos, pois eles têm maior possibilidade de realizar sonhos relativos às mudanças, já que vivem em um ‘novo tempo’, um outro contexto histórico” (RIBEIRO, 2010, grifo no original).

Sabido disso, pretendemos aqui propor a noção de escrevivência como também um elemento de compensação e superação<sup>4</sup> do banzo, tal qual Conceição Evaristo, senão de fato, quase propôs ao cunhar, na primeira estrofe do seu poema: “*apesar* das acontecências do banzo” (EVARISTO, 2017, p. 32, grifo nosso). Neste excerto, a expressão *apesar*, na perspectiva sintática da gramática do português brasileiro, por se tratar de uma conjunção adversativa, subsidia precedentes para o sujeito leitor intuir que nos próximos versos que compuseram o poema será apresentado um descolamento de sentido, contrariando a informação inicialmente apresentada. Essa assertiva é mais bem percebida a partir das análises dos versos que dão continuidade ao presente poema, uma vez que são constatadas as seguintes colocações: “há de nos restar a crença na precisão de viver [...]”; “*não haverá pedra a nos entupir o caminho*”; “*brotará em nós o abraço a vida*” (EVARISTO, 2017, p. 32, grifo nosso).

Nos versos apontados, identifica-se a presença de um eu-poético consciente de que o banzo foi [e é], para ele, um episódio traumático em sua vida e na vida de seus ancestrais — este último percebido pelas marcações de plurais em quase a totalidade das frases —, mas que não se deixa dar-se por vencido, pois acredita veementemente que mesmo com a existência do banzo, não haverá, hoje, quem os tirem a esperança e o ávido pela vida — assim como fizeram durante todo o período escravocrata. Desse modo, observamos que a escrevivência serve ao banzo — ou inversamente — como um espaço político em que a exclusividade<sup>5</sup> aos pretos se dá não pela submissão à violência extrema e/ou pela marginalidade do grupo, mas, sim, pelo respeito e o comprometimento com a luta antiescravagista; como uma espécie de receptáculo de forças concentradas em criação de mecanismos e condições a serem utilizadas contra a máquina histórica e social de dominação, tortura e morte contra os povos pretos deste país.

Em referência aos estudos do banzo, Ana Maria Galdini Raimundo Oda (2008) — uma das mais representativas [e poucas] estudiosas brasileiras atuantes nesta linha de pesquisa —

---

<sup>4</sup> A lógica da superação do banzo não está, de modo algum, vinculado à uma sugestão de esquecimento, mas, sim, de uma memória de elaboração que não permite ao sujeito que o experimenta travar-se diante da agressividade do que fora rememorado e, portanto, ponderar ações utilizáveis contra as artimanhas do poder colonial.

<sup>5</sup> No processo de maturação do conceito de banzo e escrevivência houve momentos que estiveram popularizados como conceito de uso ou nomeação a feitos e sentimentos de pessoas negras/pretas. No entanto, a ordem em que esse fenômeno acontece é inversa, de modo que, no atual momento, o banzo se constitui como uma expressão cujo campo semântico está exclusivamente alocado no cerne das discussões étnicas-raciais dos povos pretos e a noção de escrevivência, não somente.

afirma que na historiografia nacional contemporânea são escassas as menções ao conceito/noção de banzo, além de que as poucas referências existentes até o atual momento se limitam a tão somente reprodução de narrativas do século XIX sem esforços críticos.

O vocábulo banzo, decerto pelas numerosas tentativas de conceitualizações exercidas por um número significativo de países e comunidades africanas, teve sua significação exaustivamente modificada por diversas condições, tais quais: a área de conhecimento em que era discutido, as marcações geográficas e o objeto de defesa do teórico que o problematizava. No Brasil, por exemplo, essa expressão passa a integrar o vocabulário português posteriormente à veiculação de uma reportagem jornalística que informava sobre a chegada de um navio na cidade de Rio de Janeiro, após uma viagem de 46 dias, onde muitos dos africanos escravizados haviam morrido de tanto *banzar* (KANANOJA, 2018). Portanto, compreendo-a como uma doença trazida da África para o Brasil que acometia os cativos a serem vendidos em territórios brasileiros.

No entanto, muito antes de seu registro léxico em territórios brasileiros, a noção de banzo já era amplamente explorada por outros países europeus e, sobretudo, nos escritos medicinais da Angola-Central. Em vista disso, traçaremos uma revisão léxico-conceitual da noção de banzo tendo como principal fonte de informações os registros técnico-científicos de Mendes (1812), Brásio (1973), Moura (2004), Bologna (1931), Cosme (1967), entre outros<sup>6</sup>, com objetivo de perceber o movimento de ampliação do conceito, justificarmos nossa seleção conceitual e, conseqüentemente, articulá-lo por semelhanças e dissidências à noção de *escrevivência*.

Para Raimando Oda (2008), o conceito de banzo que é predominante na historiografia da contemporaneidade diz respeito à resistência dos negros africanos à escravidão — aquele que sugere o infanticídio, o suicídio e a geofagia como uma resposta contrária ao regime autoritarista —, no entanto, uma série de outras concepções e nomenclaturas podem ser identificadas. A expressão banzo, ulteriormente ao seu uso inaugural, modificou-se exaustivamente, tanto em sua condição semântica, quanto morfológica, uma vez que para além da construção banzo e/ou banzare (enquanto substantivo), tem-se também o banzar exercendo função de verbo e significando o ato ou efeito de “plasmar com pena” (BLUTEAU, 1712-1728) ou “sofrer de melancolia” (COSME, 1967).

---

<sup>6</sup> A maioria esmagadora dos teóricos citados neste parágrafo em específico assumem uma postura pró-escravagista em seus registros textuais; por isso, justificamos nossa utilização desses documentos tão somente para compreensão de como a noção de banzo é apresentada por estes autores, mas não compactuamos com pensamentos e atitudes dessa natureza.



Na África Centro-Occidental, por exemplo, a noção de banzo, na qualidade morfológica de substantivo, está intimamente atrelada às relações mercantilistas, pois relaciona-se aos pacotes de bens utilizados no mercado de escravos. No entanto, em observância à raiz *banza* e alicerçado em uma leitura patológica, o padre António Brásio (1976) desenvolve outra significação ancorada na máxima de que esta refere-se à casa — isto é, saudade de casa ou país de origem — e, portanto, permitindo-nos a compreensão de que esta expressão poderia ser lida como um desejo latente de voltar ao seu lugar primeiro — a casa — sentido, decerto, pelos cativos durante e depois do traslado de África para o Brasil.

Ainda neste sentido, sem deixar de considerá-lo uma enfermidade, o banzo foi compreendido por Moura (2004) como uma depressão psicológica de natureza psicopatológica que acometia os africanos logo após o desembarque no Brasil. Para Kananoja (2018), a interpretação de Moura (2004) em relação ao banzo — em especial quando defendido como uma patologia — foi também a compressão de consideráveis médicos, padres e historiadores do século XVIII que, se valendo de explicações fisiológicas, propuseram o banzo como uma doença que se apresentava pelo sono ou, ainda, como uma consequência e/ou deficiência nutricional das atrocidades ocorridas nos porões dos navios negreiros, tal qual pressupõe Miller (1988) em seu artigo *Caminho da Morte: O Capitalismo Mercantil e o Comércio de Escravos Angolanos*.

Em *A Prática Missionária dos Padres: Capuchinhos italianos nos reinos do Congo, Angola e áreas adjacentes*, estudo empreendido por Bologna (1931), a noção de banzo — evocada agora sob a nomenclatura de *banzare* — é apresentada como uma espécie de doença acometida exclusivamente por pessoas tímidas, apreensivas e melancólicas. Sob outra perspectiva, a leitura desse pensador poderia ser facilmente entendida por via de situações análogas às anteriormente expostas, pois os sentimentos mencionados pelo autor — timidez, apreensão e melancolia — eram demasiadamente presentes no interior dos cativos, que se sentiam angustiados com os fatos do presente e dos possíveis atos igualmente violentos aos quais os portugueses os submetiam. No entanto, em seus escritos de natureza crítica-científica, esse teórico sustenta a ideia de que o *banzare* [ou banzo] é uma doença essencialmente de procedência europeia, isto é, não infligia os negros africanos e, portanto, elimina a possibilidade de leitura que apontamos durante o contato inicial com o autor.

Dentre tantas acepções possíveis para o conceito de banzo — que são complexas e numerosas —, o teórico Mendes (1812), após um árduo e extenso trabalho em que dedicou esforços a estudar as doenças que mais acometiam os africanos escravizados e, concomitantemente, propor métodos de cuidado e prevenção das enfermidades por ele

identificadas, financia uma noção de banzo que dialoga diretamente com o que aqui entendemos por, e de igual maneira, por como Conceição Evaristo o compreende em suas escrevivências.

Para Mendes (1812), o banzo é um ressentimento agudo provocado pelo sentimento de desejo e outros de naturezas afins, como a saudade. No artigo intitulado *As raízes africanas de uma doença brasileira: o banzo em Angola nos séculos XVII e XVIII*, ao estudar os sentidos de banzo a partir de uma perspectiva psicológica em interface com a medicina, a historiadora Kalle Kananoja (2018) interpreta as considerações de Mendes (1812) em relação à significação de banzo como uma “meditação [despertada pelo banzo] contínua sobre a aspereza do tratamento, o mau tratamento em si, ou tudo isso que pode melancolizar<sup>7</sup>” (KANANOJA, 2018, p. 20, grifo nosso). Portanto, compreende-se que, em seus escritos, o conceito de banzo é percebido como um estado profundo de reflexão que surge das intensas e repetidas lembranças das situações catastróficas promovidas pelo tráfico, venda e tortura dos africanos escravizados.

Em continuidade às discussões referentes ao processo de maturação e/ou desenvolvimento do conceito de banzo, Kananoja (2018) assinala ainda que:

A definição de banzo mudou ao longo do tempo, e os dicionários modernos de português dão seu significado como “nostalgia ou melancolia”, fazendo a conexão com o tráfico de escravos. Esta definição evoluiu durante a segunda metade do século XVIII, quando banzo se tornou cada vez mais caracterizada como uma doença de escravos negros (KANANOJA, 2018, p. 03, grifo no original).

A assertiva da autora no que se refere à situação semântica do vocábulo presentemente discutido convida-nos ao desenvolvimento de duas discussões necessárias para o que nos propomos neste trabalho: a) a aproximação do conceito de banzo com a noção de escrevivência; e b) a submissão de ambos os conceitos a um estado de ampliação. Em respeito à ordem enumerada — muito embora a troca de posições dos elementos de nada desqualificaria o que estamos a cunhar —, iniciaremos pelo elemento *a*. Para tal, retomemos ao que Kananoja (2018) assevera sobre o estado atual da expressão: “os dicionários modernos de português dão seu significado como ‘nostalgia ou melancolia’, fazendo a conexão com o tráfico de escravos”. Essa especial observância, do mesmo modo que os dicionários contemporâneos conectaram o conceito de banzo ao tráfico negreiro, estabelece significativas conexões da noção de escrevivência ao conceito banzo, uma vez sabido que as duas se constituem, sobretudo e não somente, de um retorno ao passado escravocrata ornado pelo desejo ao apagamento de papéis

---

<sup>7</sup> Durante o processo de desenvolvimento do conceito de banzo, em especial nos estudos de natureza portuguesa, houve tentativas [e em alguns casos a efetivação] de associação desse conceito com o de melancolia e nostalgia.

sociais atribuídos exclusivamente a pessoas pretas, difundidos posteriormente ao tráfico de escravos e concomitante ao período escravagista.

Nesse caminho, vê-se ainda que ambos os conceitos foram submersos em uma atividade extensora de seus respectivos sentidos e/ou significados, ampliando-os para diferentes áreas e discussões, vejamos: o conceito de banzo surge no final do século XVII na Angola e, posteriormente, se populariza em Brasil e Portugal. A princípio, o banzo era compreendido como uma enfermidade mental com potencial de acometimento a todas as pessoas, sem critérios de gênero ou raça. No entanto, a partir da segunda metade do século XVIII, em especial nos escritos medicinais do português Francisco Damiano Cosme (1967), o banzo passa a ser notado como uma doença originada na África Central e, portanto, *exclusiva a sujeitos negros* (KANANOJA, 2018, grifo nosso). Por isso, assumiu outras significações análogas à depressão, estado de melancolia, designação de fenótipo humano, mecanismo de resistência à escravidão, dentre outras.

Não diferente, a noção de escrevivência — aqui referimo-nos à sua mais popular e arcaica conceitualização — nasce rente e contrária à história de sujeitação dos povos pretos ao regime escravagista. Conforme Conceição Evaristo (2017), essa expressão foi genuinamente utilizada como um título dado a um espaço que convida mulheres pretas e afrodescendentes a usufruírem de seus devidos direitos de fala negados durante a escravidão no Brasil; direito o qual é passivo de uma relevância incontestável para a comunidade de origem africana, já que para Hampaté Bâ (1981) “a fala é tão forte que, sem ela, não haveria nenhuma transmissão de conhecimento transferidos pelos ancestrais”. No entanto, na mesma intensidade e/ou velocidade que a expressão se popularizava em seu país de origem e quiçá fora dele, ilustrava também novos sentidos e direcionamentos e, portanto, utilizado em diferentes áreas do conhecimento e em diversas linguagens da arte, tornando-o plural e/ou polissêmico.

Com tudo isso, torna-se inegável que o diálogo estabelecido entre as noções de banzo e de escrevivência, o qual tentamos delinear e/ou aguçar com este trabalho, se dá, impreterivelmente, pelos ecos da ancestralidade existentes no cerne de cada uma dessas expressões. Como uma que resiste [e existe] em nome da outra, a escrevivência e o banzo nascem, numa igual maneira, a partir dos feitos desumanos financiados pela escravidão em todo o mundo. A primeira, conforme Nunes (2020, p. 38),

[...] em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens,

mulheres e até crianças.

Assim também, o banzo: “a própria escravidão e os horrores experimentados pelos africanos emergiram como a causa final da melancolia [banzo] escrava” (KANANOJA, 2018, p. 19, grifo nosso). Diante disso, vê-se que tanto o banzo, quanto a escrevivência, cada um de seu modo, são conceitos — arriscamos dizer atividade — marcados fortemente pelas forças e violências coloniais, mas, acima de tudo, pelo desejo de resistência.

Para além disso, em seu artigo intitulado *Memórias da escravidão e ancestralidade em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo*, Baldo (2017) sentencia que o “profundo lastro que a escravidão deixou na história da humanidade permanece vivo até hoje, por isso a publicação e a divulgação de escritores afro-brasileiros<sup>8</sup> são tão importantes como forma de combater nosso inconsciente racista que ainda perdura” (BALDO, 2017, p. 90). Nessa afirmativa, ainda que a autora não objetivasse interlaçar os conceitos de escrevivência e banzo, como aqui concentramos nossas pretensões, se apresenta um elemento de voluptuoso valor para tal. Vejamos: enquanto o banzo se vale de uma memória insistente em relação ao caos provindo do tráfico negreiro e das situações igualmente caóticas as quais esses sujeitos foram colocados e que, conseqüentemente, ainda causam profundas reflexões, a escrevivência dá-se por via de uma escrita que nasce da vida e, portanto, pode ser considerada uma escrita de nós [afrodescendentes], tal qual pode-se perceber nos trechos a serem apresentados: “de muitas histórias já sei, pois vieram das entranhas do meu povo. [...] Escrevo o que a vida me fala, o que capto de muitas vivências. *Escrevivência*” (EVARISTO, 2016, p. 16, grifo nosso).

Ambos, em uma atividade coletiva, podem ser [e são] utilizados como registro de uma memória — uma imagética e outra textual — que tem alto potencial de provocar um incômodo-moralizador, uma vez que em nenhum deles se há o desejo de entretenimento, mas, sim, de incomodar os senhores da casa-grande, na mesma medida em que subsidiam um espaço onde “os oprimidos podem saber e falar por [e sobre] si mesmos” (SPIVAK, 2010, p. 56, grifo nosso). Assim afirma Conceição Evaristo sobre a noção de escrevivência, mas que pode ser lido de igual maneira a partir da noção de banzo: “a nossa escrevivência [e o nosso banzo] não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa-grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (EVARISTO, 2017, grifo nosso).

Ao propormos aqui uma aproximação entre as noções de banzo e escrevivência, uma

---

<sup>8</sup> Referimo-nos aqui também à escrevivência [no sentido do texto escrito que tem por mote a vida e as experiências ancestrais], no entanto, entendemos que não necessariamente exija um agenciamento do mercado editorial e, portanto, da veiculação destes textos.

condição fez-se incômoda. Mesmo depois de termos definido com a devida responsabilidade teórica o conceito de banzo ao qual nos filiamos para o desenvolvimento crítico deste texto, queremos dizer que a possível interpretação dessa leitura de banzo é a de que não há absolutamente nada que possa ser considerado bom em se tratando desse estado de espírito ou sentimento. Sobretudo considerando as acepções medicinais que o primeiro recebeu durante seu processo de ampliação de sentidos/significados, em autores como Brásio (1973), Clóvis Moura (2004), Bologna (1931) e outros discutidos acima; como pôde-se perceber, a noção de banzo é defendida como uma doença psicológica provocada pelos maus tratamentos aos cativos antes, durante e depois do tráfico negreiro e que, por decorrência dela, muitas pessoas escravizadas ceifaram suas próprias vidas, permitindo-nos a percepção de que o banzo é uma construção baseada, de alguma forma, em uma estrutura totalmente maléfica.

Diante disso, salientamos que esta é uma interpretação perigosa quando se pretende estabelecer uma interface de banzo com a noção de escrevivência de Conceição Evaristo, já que, embora esta última também rememore tais acontecimentos, nela [e na conceitualização de banzo aqui defendida], o “*recordar* [...] é também [...] sinônimo de resistir, de não esquecer as raízes africanas e nem o que a escravidão causou aos negros trazidos à força ao Brasil (BALDO, 2017, p. 84, grifo no original).

De outro modo, sabido que no regime escravocrata eram negadas condições mínimas de sociabilidade aos sujeitos forçadamente submetidos a tal martírio — respondendo negativamente ao questionamento levantado por Spivak em sua obra *Pode o subalterno falar?* (2010) —, intui-se que, dentre as outras tantas motivações que poderiam serem citadas, o acometimento ao banzo se dava potencialmente pela negação do poder e espaço de fala/reivindicações a estes indivíduos, já que, para Vansina (2010, p. 139), poder falar para as comunidades africanas significa não somente uma forma de comunicação cotidiana, mas também um meio de preservação da sabedoria ancestral.

Desse modo, a escrevivência serve ao banzo como uma política descolonial em que dá voz e permite a escuta aos sujeitos marginalizados, nesse caso, especificamente, às negras escravizadas e aos negros escravizados e seus descendentes, que ainda ouvem em alto e bom som os ecos da escravidão. Adiante, o banzo enquanto memória não-palpável marcada pelas cicatrizes deixadas pelos chicotes dos senhores da casa-grande, pode-se valer da escrevivência enquanto receptáculo de uma memória eternizada pela escrita, para que, juntas, fomentem um registro memorial-reflexivo em relação às situações vividas por estes sujeitos, angariando impedir a (re)acontecência desse ato pela construção de uma consciência racial. Além disso, por estarem profundamente imbricadas na história da formação dos povos pretos no Brasil e na

África e por nascerem da experiência empírica da escravidão e do impacto desta nas comunidades negras em ambos os países, o banzo e a escrevivência, munidos das condições acima apresentadas, podem-se articular para formulação de uma exigência de reescritura de uma nova história que se apresenta como oficial — que, por ser assim, defende, incansavelmente, os interesses coloniais e a escreve a partir de uma percepção demasiada eurocêntrica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto, que ora transita pela literatura, ora pela história, teve por objetivo o estabelecimento de diálogos decoloniais e outros de naturezas afins entre a noção de banzo e escrevivência – cunhado pela escritora mineira Conceição Evaristo. O diálogo se dá pela proximidade das noções em discussão, tendo em vista que o banzo está como uma espécie de memória provocada pelo trauma da escravidão no Brasil e África, e a escrevivência como um espaço de memória e um convite à rescrita de uma nova história dos povos negros a partir de ótica não eurocêntrica e de uma experiência empírica.

Ambas as noções, de iguais maneiras, são atravessadas pelas consequências da colonialidade, no entanto, os sentimentos provocados por cada uma delas são dissidentes: o sentimento banzo, por exemplo, a partir dos autores trazidos neste trabalho, resultava, em uma maioria esmagadora das vezes, em suicídios nos cativos colocados em situação de pessoas escravizadas no Brasil. Por outro lado, a escrevivência constitui-se aqui como um convite ao registro da memória do banzo como uma forma de resistir, como Conceição Evaristo apresenta no poema *Apesar das acontecências do banzo* (2017), de reescrever a história, de legitimar as experiências negro-latina, de descontinuar a inferiorização e o extermínio dos povos negros.

As atrocidades praticadas contra a comunidade negra e as consequências desse regime que ainda respingam nas conversões sociais da contemporaneidade são pautas presentes e amplamente requeridas na escrevivência a fim de contemplar o objetivo para qual fora designada. Portanto, a escrevivência é marcada de grande modo pelas reminiscências da escravidão no Brasil e pelo impacto que tais ações causaram na população negra — que sofreu drasticamente com a instauração do regime. Em decorrência disso, há um diálogo intenso entre escrevivência e banzo, visto que ambos se dão no presente em relação ao passado; um intentando conectar-se com o passado perdido (banzo); o outro, construir futuros diversos do vivido atualmente (escrevivência).

Nesse mesmo caminho, o diálogo que buscou-se estabelecer entre banzo e escrevivência

é crucial à memória e à resistência dos povos negros no Brasil e África, especificamente ao considerar que ambos os conceitos são espaços de memórias e também de resistências. Ao aproximar o banzo, enquanto uma memória-saudade fatal, da escrevivência, oportuniza-se a elaboração de memórias outras e o registro documentais delas, de modo a legitimar estas experiências. Esta união, portanto, auxilia a resolução do questionamento trazido no título deste trabalho, em que respondemo-la afirmando que, em uma atividade cooperativa entre banzo e escrevivência, as memórias da escravidão e dos caosos resultantes dela não podem ancorar nossas experiências, findá-las e, contrariamente, utilizar-se-á destas para produzir e elaborar outras memórias, construir espaços de discussões, reconstruir nossas histórias e incomodar os da casa grande.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

BALDO, Heloisa Gaiardo. Memórias da escravidão e ancestralidade em Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo. **Revista Literatta**, v. 7, n. 1, p. 83-103, 2017.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728. BOLOGNA, Giacinto da. **La Pratique Missionnaire des PP. Capucins Italiens dans les royaumes de Congo, Angola et contrées adjacentes**. Td. por Jacques Nothomb. Louvain: Éditions de l’Aucam, 1931.

BRÁSIO, Pe. António. **Monumenta Missionária Africana (África Ocidental)**, 2ª série, vol. 1, Agência Geral do Ultramar; Lisboa, 1973.

COSME, Francisco Damião. “**Tractado das queixas endemicas, e mais fataes nesta Conquista**” edited with an introduction by Luís de Pina. *Studia*. 20-22, 1967, p. 119– 268.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea um território contestado**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

EVARISTO, Conceição. **Depoimento**. Entrevista concedida a Bárbara Araújo Machado. Rio de Janeiro, 30 set. 2010.

EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso (A)**. Edições Loyola, 1996.

HAMPATÉ BÂ. A noção de pessoa na África Negra. Tradução para uso didático de: HAMPATÉ BÂ, Amadou. La notion de personne en Afrique Noire. In: DIETERLEN, Germaine (ed.). **La notion de personne en Afrique Noire**. Paris: CNRS, 1981, p. 181 – 192, por Luiza Silva Porto Ramos e Kelvlin Ferreira Medeiros.

KANANOJA, Kalle. **As raízes africanas de uma doença brasileira—o banzo em Angola nos séculos XVII e XVIII**. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 12, n. 23, p. 69-94, 2018.

LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil: contendo mais de 250 propostas etimológicas acolhidas pelo Dicionário Houaiss**. Pallas Editora, 2003.

MENDES, Luis Antonio de Oliveira. **Memorias econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. 4, 1812, p. 1–64 (primeira versão), 1–82 (segunda versão).

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF. Dossiê: Literatura, língua e identidade, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MILLER, Joseph C. **Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo, 2004.

NASCIMENTO, D. A. A fome e outras mazelas vividas no romance Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. **A Cor das Letras**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 121–130, 2018. DOI: 10.13102/cl.v19i1.3639. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/article/view/3639>. Acesso em: 31 jul. 2021.

NUNES, Isabela. Sobre o nos move, sobre a vida. In: DUARTE, C.; NUNES, I. **Escrevivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. **Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo**. Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental, v. 11, n. 4, p. 735-761, 2008.

OLIVEIRA, Marcelo de Jesus de. **Considerações teórico-conceituais inerentes à escrevivência evaristiana em Becos da Memória (2017)**. 2021. 152f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Nacional, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Editora UFMG, 2010.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: **História Geral da África: Metodologia e Pré-História da África**. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010, p. 139-166.



*Recebido: 31/07/2021*  
*Aprovado: 16/02/2022*